



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia vinte e nove de março de dois mil e dezesseis, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Geraldo Guedes – Presidente, André Luiz Vieira da Silva – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência dos vereadores Fausto Niquini Ferreira e Nélio Aurélio de Souza. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia vinte e dois de março de dois mil e dezesseis foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata. O Senhor Presidente: “quero justificar a ausência do vereador Nélio Aurélio, ele está acamado”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “leitura de correspondências, inexistente”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem”. O Senhor Presidente: “questão de ordem, vereador Gilson Antônio Marques”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu também tenho uma questão de ordem depois do vereador Gilson”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu me inscrevi no Grande Expediente para falar desse assunto, mas eu queria trocar, se o Senhor permitisse, o Grande Expediente por uns cinco minutos desta fala, se o Senhor permitir”. O Senhor Presidente: “eu vou atender à solicitação do senhor como questão de ordem. Com a palavra o vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “ok. Eu quero falar aqui, Senhor Presidente e nobres colegas, de um fato ocorrido essa semana



no Instituto Biocor, aqui da nossa cidade. Quero também, ao mesmo tempo, pedir a cumplicidade dos nobres colegas para que depois do fato aqui contado, que peçamos à Promotoria Pública que tome atitudes cabíveis para que não ocorra com demais pessoas, em especial da nossa cidade. Na sexta-feira, eu trouxe da cidade de Entre Rios de Minas um rapaz para consultar no Biocor, com quadro de pressão alta, perda de visão e tonteira, e assim foi narrado ao médico. O médico o examinou e liberou o paciente. Pediu alguns exames para serem feitos posteriormente e eu o conduzi até o Hermes Pardini, no sábado, para fazer os exames. A glicose do cidadão estava em oitocentos, oitocentos, e o médico o liberou do consultório, e ele veio a óbito porque uma glicose de oitocentos não tem cidadão que suporte. Voltei ao Biocor para conversar com esse médico e ele me disse que o ambulatório não mede glicemia. Eu, particularmente, não sou médico, mas acho isso um absurdo, exame de glicemia, hoje, quando o paciente narra um quadro desses que ele narrou ao médico, qualquer posto de saúde, por mais defasado de recursos que ele tenha, ele tem que fazer. E quando o cidadão paga uma consulta em um momento de crise, de tanto sacrifício igual o país está passando, é porque ele está com vontade de viver, ele quer o de melhor e isso, infelizmente, não aconteceu. Na minha modesta opinião, esse médico contribuiu, no mínimo, se não tirou na totalidade, ele contribuiu para que esse cidadão viesse a óbito. Então, eu queria... Eu já expliquei isso a ele, mandei uma carta à direção do Biocor com cópia para a Anvisa e também para o Conselho Regional de Medicina, e ainda estou pedindo à Câmara de vereadores de Nova Lima que, juntamente com este vereador, assine um requerimento, uma denúncia ao Ministério Público para que ele tome providências cabíveis para que isso não se repita, porque hoje foi com esse cidadão que eu trouxe aí, nem da nossa cidade é, mas amanhã pode ser com um filho nosso, conosco e com alguém muito



próximo da nossa família. Eu acho isso um desrespeito muito grande, uma negligência que custou a vida de um cidadão e falo isso com muita tranquilidade na minha consciência. Era esse desabafo que eu queria fazer e na hora do requerimento, eu quero colocar esse requerimento em votação, por favor”. O Senhor Presidente: “apresentação de proposições”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu tenho uma questão de ordem. Senhor Presidente, público presente, boa noite a todos e a todas, boa noite ao público de casa que nos assiste através da TV Banqueta. Eu quero solicitar, Senhor Presidente, não vi na pauta de hoje aqui e não vi nas outras duas últimas pautas também o projeto de criação das escolas Centro de Educação Infantil Professor Cássio Magnani Júnior no Jardim Canadá, a Creche Maria Taveira que é também no Jardim Canadá e a Creche Menino Jesus que, segundo informações da administração, esse projeto estaria na Casa aqui e teria vindo para cá já, há duas reuniões plenárias. É a criação das creches e a criação dos respectivos cargos. Eu tenho certeza que a vereadora Ângela pode falar sobre esse assunto também”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “o senhor me concede um aparte?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim, eu vou só terminar. Senhor Presidente, eu gostaria que esse projeto viesse para a Casa, uma vez que a gente sabe que existem profissionais que trabalham nesses setores, que prestam serviço para a nossa cidade, mas que, infelizmente, por uma questão de legalidade, tão somente de legalidade, eles ainda não são reconhecidos, ou seja, passaram no concurso, fizeram todo o processo certinho e, infelizmente, ainda não são reconhecidos do ponto de vista legal. Então, fica aqui o meu pedido, vou conceder um aparte à vereadora Ângela”. O Senhor Presidente: “a Dra. Delma já fez as devidas anotações, nós vamos tomar providências urgentes. Com a palavra a vereadora Ângela Lima”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, esse projeto



de lei chegou na Casa no dia sete de março e ele reconhece as escolas e cria os cargos de diretor escolar, cria o cargo de diretor escolar, porque as meninas estão na direção da escola sem ser diretoras. Elas estão recebendo no cargo que elas ocupam; não é? No cargo efetivo delas; não é? E elas precisam que passe pela Câmara a criação desses cargos para que elas possam receber como diretora escolar”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Decreto Legislativo nº 321/2016, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Antônio Carlos Luiz”. Antes da leitura do projeto, o vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu gostaria que o Senhor consultasse o Plenário, por gentileza, eu estou com alguns projetos parados na Casa e a gente faz uma previsão, nós fazemos uma previsão porque vai chegar uma hora que nós não podemos mais fazer alguns projetos. Então, eu gostaria que o Senhor consultasse a Casa para que esses três projetos entrassem na Casa, por gentileza, são eles, vou ler para o Senhor consultar o Plenário: Título de Cidadã Honorária para a senhora Wilma Santos Souza, uma pessoa que muito contribuiu para esta cidade; o senhor Ronaldo Lisboa Barbosa, um sargento e a senhora Renata Ribeiro Fagundes, uma delegada. E levando em consideração que este vereador, eu nunca participei de escolha de número de projeto para entrar na Casa não. Houve uma determinação antes, que o Senhor consultou o Plenário, para número de requerimentos, de projeto não. Se algum vereador foi consultado, então eu não sei. Eu nunca fui consultado. Se o Senhor puder consultar o Plenário para os três projetos entrarem na Casa”. O Senhor Presidente: “eu queria entrar em um acordo com o senhor, que nós... Já tem três projetos do senhor no dia de hoje e, na próxima terça-feira, nós entraremos com os outros três”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu não... Eu quero



que o Senhor consulta por quê? É porque isso nunca foi discutido na Casa. Eu estou... Eu estou me sentindo tão mal hoje porque... Algum vereador... Teve isso? Essa concordância? Não teve essa concordância. Não, tenho certeza que não. De a gente entrar só com três projetos? Não tem isso não”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “não tem não, não tem nada...”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu sou um homem que eu ajudo o Senhor em todo momento, mas isso não tem mesmo, nunca foram consultados esses vereadores, tenho certeza”. O vereador André Vieira: “e nem é projeto polêmico; não é?”. O vereador Flávio de Almeida: “não, é só... Não tem... São requeri... Senhor Presidente, são requerimentos que o Senhor discutiu com a Casa que entrassem três, fosse escrito ou verbal. O que? Está aqui, já está na mão. É só consultar o Plenário, se o Plenário...”. O Senhor Presidente: “consulto...”. O vereador Flávio de Almeida: “disser que sim, eu entrego para o Senhor as cópias”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário, se estão de acordo com a solicitação do vereador Flávio de Almeida. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado por oito votos”. O Senhor Secretário proferiu leitura do supracitado projeto, que foi encaminhado à Comissão Especial nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Gilson Antônio Marques, Leci Alves Campos e Alessandro Luiz Bonifácio, para emissão de parecer. 2) Projeto de Decreto Legislativo nº 322/2016, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Francisco Lourenço Blanco”. Encaminhado à Comissão Especial nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Gilson Antônio Marques, Leci Alves Campos e Alessandro Luiz Bonifácio, para emissão de parecer. 3) Projeto de Decreto Legislativo nº 323/2016, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Luzmar Guimarães Rocha”.



Encaminhado à Comissão Especial nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Gilson Antônio Marques, Leci Alves Campos e Alessandro Luiz Bonifácio, para emissão de parecer. 4) Projeto de Decreto Legislativo nº 320/2016, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Concede Título de Cidadã Honorária de Nova Lima a Sra. Wilma Santos Souza”. Encaminhado à Comissão Especial nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Gilson Antônio Marques, Leci Alves Campos e Alessandro Luiz Bonifácio, para emissão de parecer. 5) Projeto de Decreto Legislativo nº 324/2016, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Concede Título de Cidadã Honorária de Nova Lima a Sra. Renata Ribeiro Fagundes”. Encaminhado à Comissão Especial nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Gilson Antônio Marques, Leci Alves Campos e Alessandro Luiz Bonifácio, para emissão de parecer. 6) Projeto de Decreto Legislativo nº 325/2016, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Ronaldo Lisboa Barbosa”. Encaminhado à Comissão Especial nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Gilson Antônio Marques, Leci Alves Campos e Alessandro Luiz Bonifácio, para emissão de parecer. 7) Projeto de Lei nº 1.571/2016, autoria do vereador José Guedes, que “Altera o Anexo V da Lei nº 2.506, de 27/05/2016 e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. O Senhor altera um anexo da Lei nº 2.506 de 27/05/2016, essa data está errada”. O Senhor Presidente: “é nº 1.571 de 2016. Encaminho o projeto à Comissão de Legislação e Justiça; encaminho”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “mas a Lei...”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “eu estou encaminhando...”. O vereador Leci Alves Campos: “é porque, na realidade, a Lei



2.506 é de 27/05/2015”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “é 2015; não é?”. O vereador Leci Alves Campos: “então, é só trocar 2016 para 2015”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “está bom, obrigada”. O Senhor Presidente: “vamos corrigir. É 1.571/2016? 2015? Sim. A secretária fará a correção”. 8) Projeto de Lei nº 1.575/2016, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Institui no Município de Nova Lima a Semana Municipal de Conscientização e Prevenção à Endometriose e Infertilidade, e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura:

- 1) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.570/2016, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Dá denominação às futuras instalações da Unidade Básica de Saúde em construção na Rua Rio Grande do Sul, nº 805, no Bairro Nova Suíça”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Senhor Secretário comunicou que o Parecer não tem a assinatura do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, Presidente da Comissão de Serviços Públicos Municipais.
- 2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.573/2016, autoria do vereador José Guedes, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Rua David Guedes Fernandes. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto.
- 3) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.574/2016, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Apoio ao Menor Aprendiz e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação:

- 1) Projeto de Decreto Legislativo nº 319/2016, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Concede o Título de Cidadã Honorária de Nova Lima à Dra. Elizangela



Silveira Soares”. Em primeira e única votação, aprovado por sete votos e encaminhado à promulgação. 2) Projeto de Lei nº 1.568/2016, autoria do vereador Leci Alves Campos, que “Dispõe sobre o atendimento prioritário para portadores de diabetes na Rede Municipal de Saúde”. Em primeira votação, aprovado por sete votos. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu gostaria que consultasse o Plenário para que a gente fizesse a segunda votação também hoje”. O Senhor Presidente: “consulto o Plenário sobre a solicitação do vereador Leci Campos, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, sete votos”. Em segunda votação, o projeto foi aprovado por sete votos e encaminhado à sanção”. O Senhor Presidente: “terceira parte, discussão e votação de moções e requerimentos. Eu gostaria de, antes de entrarmos na parte de requerimento, lembrar a todos os vereadores que no dia trinta e um, quinta-feira, às dezenove horas, teremos a audiência pública sobre o transporte público em Nova Lima. Convidar a todos os vereadores, espero que todos compareçam porque o transporte de Nova Lima é um caos e convidar o pessoal da plateia e todos os novalimenses. Dizem que nós estamos num país democrático. Um funcionário da Saritur, bem intencionado, estava correndo um abaixo-assinado sobre as reivindicações sobre a audiência pública. A Saritur teve o descaramento de dispensar um pai de família, um bom trabalhador. Então, esse negócio de democracia no Brasil, isso é balela. Quando a pessoa põe a sua cara, ele toma pancada, perde seu emprego e perde muita coisa. Mas nós não podemos abaixar a cabeça porque nós já fizemos aqui audiência pública sobre o transporte, sobre a Saritur, sequer mandaram naquela audiência um representante. Esse negócio de tirar o emprego do cobrador, o motorista cobrar, isso é criminoso, isso é criminoso. Outro dia me noticiaram que um motorista estava completamente bêbado e a senhora foi pagar a passagem, ele falou que deixasse o troco para ele tomar uma. Então,



nós estamos é num verdadeiro caos, até motorista bêbado, botando a vida do ser humano, quarenta, cinquenta pessoas. Então, nós temos que tomar providência sobre a Saritur, já tem a CPI na Casa, porque o povo bate nos vereadores, mas não sabe que nós já... É a segunda, a segunda audiência pública. Então, é um absurdo o motorista cobrar, ocupar o cargo do trocador. Eu tenho certeza que uma das coisas que mais dá dinheiro é o transporte público, não tem fiado, não tem fiado não, a passagem é cara, péssimo atendimento. Então, nós vamos botar o pau para quebrar é quinta-feira aqui. Conto com todos os vereadores e conto com vocês”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Dentro da fala do Senhor, eu só queria compactuar e fazer mais um alerta, além do que o Senhor falou. Esse negócio de o motorista cobrar é muito perigoso porque o veículo não deixa de ser um órgão mecânico, uma peça mecânica e a manete dele é muito falha. O motorista está deixando, numa cidade íngreme igual Nova Lima aí, deixando o carro pendurado para fazer troco. E se esse troço desse aí, quantas pessoas vão morrer dentro e fora desse veículo? Isso é uma irresponsabilidade total, tem que parar por aí mesmo”. O vereador Leci Alves Campos: “senhor vereador, o senhor me dá um aparte?”. O vereador Gilson Antônio Marques: “sim, concedido”. O vereador Leci Alves Campos: “é só para ilustrar o comentário que o senhor está fazendo sobre o motorista que faz a cobrança. O motorista estava fazendo cobrança da passagem, fazendo o papel do trocador, e ele fechou a porta do ônibus e a dona estava descendo ainda, aí a dona ficou presa, teve que abrir para ela poder sair”. O vereador Gilson Antônio Marques: “pois é”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu quero é agradecer à Presidência da Casa, na pessoa do vereador José Geraldo Guedes, reforçar esse convite para a audiência pública, que nós vamos discutir quinta-feira o transporte público coletivo municipal e intermunicipal.



Então, eu fico satisfeita, vereador, Presidente, que a Casa toda vai estar discutindo nessa audiência pública esse problema seríssimo no município de Nova Lima. Então, eu agradeço o empenho do Senhor, enquanto Presidente desta Casa, para convidar todos os vereadores, para convidar a população de Nova Lima a participar conosco dessa audiência pública. Muito obrigada”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Poder Executivo que seja realizado estudo de viabilidade técnica para a construção de quebra-molas na Rua Vinte e Cinco, na esquina com Rua Trinta e Cinco e também na Avenida José Bernardo de Barros, no entroncamento com a mesma Rua Vinte e Cinco, próximo ao Ministério Público de Minas Gerais, no Bairro Oswaldo Barbosa Penna. Aprovado, seis votos. 2) Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Chefe do Executivo Municipal que a administração municipal, através de sua Secretaria competente, faça a remoção das terras na Rua Rio das Velhas, entre os números 171 e 432, no Bairro Nossa Senhora de Fátima. Em discussão, o vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, esse requerimento diz respeito ao Bairro Nossa Senhora de Fátima e especificamente nessa rua, eu estou fazendo esse requerimento, mas eu poderia fazer requerimentos para retirada de terra e entulho lá no Bairro Nossa Senhora de Fátima em diversas regiões. Essa semana, vindo ali do campo do Bela Fama, uma chuva durante o dia, por volta de duas horas da tarde, desceu tanta água dali, inundou duas casas que tem abaixo e outras tantas, um pouco mais abaixo, questão assim de minutos, as casas ficaram todas cheias d’água e, infelizmente, aquilo ali, especificamente naquela região, há mais de vinte anos, ou seja, várias e várias administrações que vêm deixando aquele povo ali relegado à essa situação que, infelizmente, a gente tem que viver. Então, eu suplico aqui a todos os vereadores que possam votar esse projeto, mas mais do que



isso, que possam pressionar também... O requerimento, perdão. Obrigado, Rúbia. Que possam votar esse requerimento, mas que mais do que isso, que possam pressionar também a administração para a solução desses problemas lá no Bairro Nossa Senhora de Fátima. É o meu requerimento, Senhor Presidente. Obrigado”. Requerimento aprovado por sete votos. 3) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Senhor Presidente que seja solicitado ao Senhor Prefeito Municipal a ajuda do Exército Brasileiro em nosso município para o combate ao mosquito da dengue. Aprovado, sete votos. O Senhor Presidente: “quero fazer um comentário sobre as obrigações da prefeitura. Estou entrando com uma ação contra o prefeito e contra a prefeitura sobre o pátio de apreensão de carros. A prefeitura tem que tomar vergonha na cara sobre aquele pátio de apreensão. Eu venho batendo nisso aqui e vou continuar batendo em todas as reuniões, enquanto tiver um carro naquele local. Duas mortes naquela região, semana passada. Há uns três anos atrás, naquela região, perdeu a vida uma jovem de dezesseis anos com a dengue hemorrágica. Semana passada foi um amigo meu, Geraldo, mora lá pertinho. Será que o prefeito não está vendo isso não? Desde quando eu entrei nesta Câmara que eu estou falando isso. Não é só para o senhor Cassinho não, os prefeitos anteriores. Eu bati nisso aqui, eu bati, bati. Uma vida, senhor prefeito, ela não tem preço. Chega de embromar, tira aqueles carros, desapareça com aquilo, faça leilão ou ponha fogo naquilo e elimina aquilo ali. Chega. Chega. O foco da dengue, em Nova Lima, é um absurdo. Não adianta vim com aquele carrinho, com fumacê aí e deixar o capinzal, dois, três metros em toda a cidade. Toda semana, senhor prefeito Cássio, eu vou falar isso aqui. Eu tenho os dados. Não fica olhando os dados das pessoas, funcionários da prefeitura não. Não fica não. Muitas das vezes são verdadeiros, mas muitas das vezes são mentirosos. Só na Policlínica são cem, cento e vinte pessoas por dia. O que a prefeitura



fez? Retirou um médico, diminuiu. Então, eu vou continuar falando sobre isso aí. Não é possível que a prefeitura não vai fazer a parte dela. E vou continuar falando sobre aquele ferro velho lá na Avenida, na Vila São Luís ali. Uma avenida... Eu não sou contra o cidadão, ele está ganhando o seu pão, mas ele tem um galpão aqui, alugado, próximo ao Campo do Villa, coberto. Pega aquela porcaria lá e leva. A prefeitura... Aonde estão os fiscais da prefeitura? Toda semana eu falo isso aqui, toda semana. Será que a voz do vereador, a Câmara não tem voz ativa aqui? Será que os assessores do prefeito não podem tomar as providências? Chega. Vou finalizar, pedindo ao prefeito, encarecidamente, que ele tome as providências sobre a limpeza de nossa cidade, é o mínimo que ele pode fazer. Prefeito, amanhã pode ser um seu, pode ser um parente seu. É doloroso, só quem tem a dengue pode falar, é uma doença maldita. É uma doença maldita. Então, eu acho que o prefeito... É o mínimo que ele pode fazer para a cidade. Tem tantas falhas em sua administração, mas a limpeza é primordial numa cidade. É o visual. Então, não vou alongar mais, semana que vem eu volto a falar”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. É em cima do assunto que o Senhor está discutindo. Eu estive pensando, conversei com o Gilson, conversei com as advogadas, porque o Senhor não pede, não consulta o jurídico desta Casa, fazendo um projeto autorizativo onde a Casa... Seja um projeto da Casa autorizando o governo a pegar esses veículos com mais de noventa dias, doar para os fornos da Mannesman, vai servir se... E é algo que se consultando a lei, for real, porque em noventa dias é tudo da prefeitura. Tirando os casos judiciais que o Gilson lembrou aqui, o restante vai servir. Fica ali um carro encima do outro. Entra governo, sai governo, fazer aquele leilão não é fácil porque o Detran tem que vim e tem que olhar, e fazendo um projeto de doação para a Mannesman vai servir para os fornos lá. Só dar baixa no Detran, é muito mais fácil.



Fazer um leilão de... Que não vai conseguir, é carro um encima do outro ali e é complicado para vim um policial, um vistoriador do Detran, vistoriar todos aqueles carros para primeiro liberar as notificações. Então, eu... Se o Senhor achar que deve, pedir ao jurídico para fazer um projeto autorizativo. Vai resolver o problema do próprio governo; não é? Eu acho que ninguém tem intenção em ficar aquilo ali, aquela coisa feia para a cidade; não é? E é algo que vai fazer que resolve o problema, se o jurídico ver que realmente pode ser feito. Acredito eu que sim”. O Senhor Presidente: “eu pediria ao jurídico para agir sobre a solicitação do senhor. Até agradeço porque eu já estou cansado de falar isso aqui. É o mínimo que o prefeito pode fazer para nós, é o mínimo, a limpeza da cidade e retirar aquele pátio de apreensão. A prefeitura teve o descaramento de iniciar uma terraplanagem lá em Santa Rita, tirar daqui e levar lá, dentro do Bairro Santa Rita, e eu e o Guto batemos em cima e eles paralisaram em quarenta e oito aquela terraplanagem, graças a Deus, porque a gente ia para o judiciário. Não... Tem que arrumar um lugar adequado, é o mínimo que o povo está pedindo. Isso é bom para a prefeitura. Vai parar, vai diminuir a... Parar não para porque o povo também não está fazendo a sua parte não, o povo é difícil. Eu... Não é só a prefeitura que tem que fazer a parte dela não. O povo é difícil, a gente vê a sujeira, principalmente nos matagais. O elemento passa, porque está com mato ele joga a latinha de cerveja, ele joga um frasco de água mineral, ele joga tudo no mato. Por quê? Porque é difícil, é a educação, isso é educação. O povo está contribuindo para prejudicar o ser humano. Não é só o prefeito Cassinho não, o povo também tem que fazer a sua parte; não é? Então, eu agradeço ao senhor Flávio, vereador, pela sua sugestão e peço que nós... Como eu estou cobrando aqui, vou pedir urgência do jurídico”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem, Senhor Presidente. Eu queria só dar uma contribuição nesse assunto. Achei a



ideia do vereador Flávio é louvável porque, se for juridicamente correto, é uma saída. Em 2013, eu separei todos aqueles veículos para leilão, todos, na qualidade de diretor que eu ocupava o cargo na ocasião. Depois de tudo pronto, licitada a empresa que ia leiloar, o delegado da ocasião impediu o leilão por alguns carros que eram peça de crime, tipo carro clonado, carro roubado, carro com vítima de acidente fatal, etc. e tal. Então, por não desmembrar esses veículos, o leilão foi embargado e depois disso não se falou mais nisso, não se andou com isso. Então, a ideia do Flávio é muito boa porque se juridicamente for correto doar e se não for correto doar, que recomende aos órgãos competentes que separe aquilo que é de crime e que leiloe o resto, o mais rápido possível, como sucata mesmo, e vai embora do município. Mas acredito que a ideia do Flávio de doar, de fazer esse projeto autorizativo, é a mais fácil, valendo lembrar que vai ter que fazer essa separação porque tem alguns carros lá que não podem entrar no balaio”. O Senhor Presidente: “é o que eu ia comentar, vereador. Tem uns processos, mas é o mínimo, é o mínimo do mínimo. E os carros, os automóveis que estiverem com processo, a prefeitura tem que tomar as atitudes, fazer um galpão e colocá-los lá. É o mínimo, é o mínimo”. O vereador Gilson Antônio Marques: “Senhor Presidente, concordo com o Senhor que é o mínimo. O que acontece, eu acabei de dizer aí à Secretária de Fazenda ainda há pouco. Infelizmente, toda regra tem exceção, nós sabemos disso, mas a grande parte dos servidores não sabe abrir uma porta, eles não sabem enfrentar dificuldades. Ele vai até àquela porta ali, se ela estiver fechada, ele volta para trás. É o que aconteceu lá, tinha uma porta fechada, tinha que recuar, tinha que abrir a porta, passar por ela, vender o que tinha que vender e deixar o que não podia lá. E aí não aconteceu mais, o meu prazo venceu lá, eu saí e quem entrou no meu lugar até hoje não tirou a mão do bolso. É isso que acontece, infelizmente”. O Senhor



Presidente: “questão de competência”. 4) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer que esta respeitosa Casa envie moção de aplausos ao Excelentíssimo Juiz Senhor Juarez Moraes de Azevedo, Juiz da Vara Criminal, da Infância e Juventude de Nova Lima pelo prêmio da categoria Personalidade do Ano, no Prêmio Bom Exemplo 2016, pela sua atuação na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados da Cidade. Aprovado, oito votos. O Senhor Presidente: “próximo requerimento, vereador Gilson Marques”. O vereador Gilson Antônio Marques: “Senhor Presidente, eu queria retirar esse requerimento, até porque o vereador Silvânio acabou de incluí-lo num dele aí, trata-se do mesmo assunto da Bela Fama; certo? O senhor acabou de fazer, não há necessidade de dois”. O Senhor Presidente: “concedido”. O vereador Gilson Antônio Marques: “para fazer o que eu pedi ao Senhor para fazer aqui quando fiz o comentário no início da reunião. Este requerimento que eu vou fazer, eu conversei com os nobres colegas aqui, membros da Comissão de Direitos Humanos, na pessoa do Gilson Marques, presidente, da vereadora Ângela Lima, vice-presidente e do vereador Flávio de Almeida, relator. Então, em nome da Comissão de Direitos Humanos, nós queremos requerer a esta Casa, à Mesa Diretora desta Casa que solicite à senhora Promotora que interceda, dentro da competência ministerial, é lógico, para que o Instituto Biocor adote em seus consultórios ambulatoriais particulares o medidor de glicose, o glicosímetro, porque o médico que eu questionei disse que no ambulatório não faz, não mede glicose, só no PA. É muito discrepante. Repito aqui, quem tem condição de pagar uma consulta, hoje, em tamanha crise que o país, o país não, o mundo vive, é porque quer viver, é porque quer buscar o de melhor. Ele não tinha o direito de deixar esse sujeito morrer não. Uma pessoa que adentra a um consultório, reclamando tontura e perda de visão, com certeza... Eu não sou médico não, não tenho autonomia para falar como médico



não, mas como conhecedor de causa, como paciente de mais de doze anos que eu trato, vivo nos PA's da vida aí e vejo isso todos os dias acontecer. Qualquer posto de saúde, por mais pé de chinelo que ele seja, tem um glicosímetro lá. Aposto que se o cara tivesse chegado lá com sintoma de embriaguez, ele tinha pedido a glicose dele porque está tonto; não é? Mas como era um sujeito do bem, estava são, ele deixou o sujeito morrer. Uma glicose de oitocentos é inadmissível. Eu gostaria que a Mesa... Eu gostaria não, eu solicito que a Mesa Diretora desta Casa, através do voto dos meus nobres colegas, notifique o Ministério Público para que ele tome as providências cabíveis, com a máxima urgência possível, a fim de evitar maiores e sucessivas perdas de vidas na nossa cidade. Muito obrigado". O Senhor Presidente: "é, eu estou na beirada do caixão, que a minha está quinhentos. Isso é um requerimento verbal do senhor; não é isso?". O vereador Gilson Antônio Marques: "isso". O vereador Leci Alves Campos: "Senhor Presidente, eu tenho três requerimentos verbais". O Senhor Presidente: "em discussão... Não acabei ainda não. Eu abri uma exceção aí porque ele fez uma solicitação. Em discussão o requerimento do vereador Gilson Marques. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Próximo requerimento, Silvânio Aguiar. Só tem mais um requerimento". 5) Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Chefe do Executivo Municipal que a administração municipal, através de sua Secretaria competente, faça os reparos necessários no "mata-burro" instalado na Rua Campo Alto, no Bairro Retiro. Em discussão, o vereador Silvânio Aguiar Silva: "Senhor Presidente". O Senhor Presidente: "em discussão o requerimento. Eu gostaria de pedir o senhor licença, parabenizá-lo. Nova Lima é um perigo na estrada. A prefeitura tem que tomar providências com o pátio de apreensão de animais. Na estrada de Santa Rita teve um desastre essa semana com um cavalo. É um absurdo uma cidade como Nova Lima,



nas praças, principalmente lá na praça do BNH, vai lá, oito horas da manhã, parece que o cavalo marca horário para destruir aqueles sacos de lixo e a prefeitura não toma providência, isso já tem anos. O cavalo marca horário, pode passar lá oito horas que ele está lá, suja tudo. Qual que é melhor, a prefeitura apreender o animal ou todos os dias um funcionário da prefeitura ir lá catar o lixo? Não é só lá não, é em quase toda a cidade. Então, apreender, cobrar multa alta dos donos dos animais. A prefeitura tem que tomar as providências contra os animais soltos em Nova Lima. Nova Lima está parecendo mais uma cidade de faroeste, é tanto cavalo e cachorro na rua que eu... Lá perto da minha casa não deixam ninguém dormir, eu conto lá quinze, vinte cachorros por noite. Então, a prefeitura tem que tomar providências, não é judiar dos animais, os animais não têm culpa, mas a prefeitura tem culpa. Com a palavra o vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu quero agradecer pela contribuição e a fala do Senhor ao nosso requerimento, no entanto, ainda que eu entenda que realmente são muito importantes as questões que o Senhor colocou, mas esse “mata-burro” especificamente é porque ele, infelizmente, ele está atrapalhando lá a passagem das pessoas na Rua Campo Alto que é uma rua no centro da cidade; não é? Uma rua que, antigamente, quando a Morro Velho tinha aí suas atividades aquecidas, ali era o lugar que moravam só os ingleses, as pessoas mais bem abastadas financeiramente da cidade. E nesse meu requerimento também, Senhor Presidente, até acrescentando aí, eu fico imaginando que a gente podia fazer uma condução aqui para a Anglo Gold também, já que aquela área ali é uma... A gente sabe que não mais é da Anglo Gold, mas quando a gente passa ali naquela região, está tudo sujo e os terrenos são todos da Anglo Gold. O vereador Leci, que já trabalhou na Anglo, conhece da região que eu estou falando, é assim, é constrangedor ver como que a Anglo Gold está deixando as



áreas dela sem tratamento. E aquela região que tem ali, a Casa Grande, aquela coisa toda, o mato, você não consegue andar mais. Então, eu penso que a gente cobra muito da administração municipal, mas é também o caso de cobrar tanto dos moradores que não estão cuidando dos seus terrenos e também da Anglo Gold que é uma empresa tão grande, que teria condição de fazer limpeza daqueles terrenos que são dela, comprovadamente dela e que, infelizmente, não o fazem. De qualquer forma, eu agradeço pelos comentários do Senhor pelo o que acrescenta aí no nosso requerimento”. Requerimento aprovado por sete votos. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, deixa eu só fazer um comentário, Silvânio, sobre esse “mata-burro” que você citou. Ele fica ali próximo à área de RH hoje da empresa, na descida da Boa Vista. Eu sei que os moradores procuraram a Anglo Gold para ela consertar o “mata-burro” e ela disse que não vai consertar. Agora, o interessante é que aquela casa de máquina que fica no “mata-burro” é dela, então eu acho que ela é que tem que consertar porque, com certeza, a prefeitura não vai ter recursos para isso. Agora, ali todos os imóveis eram de propriedade da Anglo Gold, foram adquiridos pelas pessoas e a manutenção, inclusive, do Rego dos Amores é da Anglo Gold; não é? Então, alerta aí o reforço para que a Anglo Gold providencie o conserto disso”. O vereador Gilson Antônio Marques: “questão de ordem. Eu queria fazer um adendo nesse requerimento do senhor só para... Um comentário. Estou vendo vocês discutirem Anglo Gold, além de tudo isso que vocês disseram da Anglo Gold, a responsável por noventa e nove por cento, noventa e nove por cento das áreas de ocupação irregulares de Nova Lima também é a Anglo Gold. Eu vejo aí as pessoas batendo no prefeito: ‘ah, está deixando a cidade crescer desordenada’. Nada disso, não tem, de meu conhecimento, nenhuma área que é do município que está ocupada irregular. As áreas que estão sendo ocupadas irregular são da Anglo Gold, que



está fechando os olhos e não está nem aí”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “questão de ordem. Eu só quero reforçar o seu pedido, vereador Silvânio Aguiar, porque inclusive ali tem uma escola infantil, uma escola infantil; não é? Aquela casa logo depois do “mata-burro” é uma escola infantil, onde as crianças transitam por ali, são crianças pequenas; não é isso? Eu acho que elas correm até risco de colocar a perna, de deixar, de cair mesmo nesse... Sabendo que o “mata-burro” está num estado deplorável; não é? Eu acho que a Anglo Gold tem condição, realmente, de dar um reforço e de corrigir aquilo ali”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, é só para terminar e eu sei que o requerimento já foi...”. O Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu sei que o requerimento já foi, inclusive, votado, mas reiterando ali as palavras do vereador Gilson, é isso mesmo, eu concordo, vereador, quando o senhor coloca das dificuldades... Vereador, é com o senhor, eu concordo quando Vossa Excelência coloca das questões do descaso que a Anglo Gold... Que a gente fala muito aqui, realmente, da administração, mas eu acho que foi brilhante a sua colocação quando fala do descaso da Anglo Gold com os lotes vagos. A gente está aí, todo mundo batendo que a dengue está isso, está aquilo. Passa naqueles terrenos da Anglo Gold ali, todos cheios, todos, sem exceção, tudo cheio de mato e o mato indo para o passeio. Quer dizer, quando você sai ali do Lions, que vai chegar no Bicamente, aquela região, aquele cantinho ali que, teoricamente, aquela rua muito curtinha, muito estreita, que teria que ter uma capina e tal, eles deixam lá, uma empresa tão rica deixa aquilo lá, sabendo das dificuldades que a prefeitura vem vivendo, para a prefeitura fazer a limpeza. Eu acho, sinceramente, um absurdo, quando vejo isso acontecer. Passam pessoas ali, vereadora Ângela, vereador Gilson que acompanhou muito a cidade, jogam na madrugada; não é? Que usam...



Aliás, outro dia, Chiquinho estava até aqui reclamando disso. Os meninos fazem a maior bagunça ali no Bicame, pegam restos de bebidas, jogam tudo lá. Não estou dizendo que a Anglo Gold tem que ficar limpando aquilo o tempo todo, mas ela tem que ser, no mínimo, assim, ter um cuidado com a nossa cidade, uma vez que já se extraiu tanto, tantas riquezas para ela, para a empresa e agora ver os nossos cidadãos, os munícipes todos tendo que conviver com aquilo que eles deixaram ali, aquele resto de coisa que deixaram ali. Penso que tem mesmo que haver uma intervenção da Anglo Gold”. O vereador Gilson Antônio Marques: “vereador, eu vou um pouco mais além. Eu acho é que a Anglo Gold, se é dela, se ela diz que tudo é dela e é dela, ela tem que perder o egoísmo e dividir isso. E não é dar não, não estou pedindo ela para dar não. Essas ocupações irregulares, elas vêm devido à dificuldade que as pessoas têm de ganhar um salário mínimo e pagar aluguel. Como é que vai ganhar um salário mínimo e pagar aluguel? Como é que vai ganhar mil e duzentos reais e pagar quinhentos, seiscentos. Aluguel em Nova Lima é mil reais, quinhentos, seiscentos, oitocentos. Como que a pessoa vai pagar? Então, se ela fizesse uma política de combate ao egoísmo que ela tem, de querer ser dona de tudo e fizesse um loteamento popular, vendesse o lote de forma que as famílias conseguissem pagar, urbanizado, com estrutura, com energia elétrica, com esgoto, conforme manda a lei para resumir a conversa, ela ajudaria a cidade crescer ordenadamente, evitaria o constrangimento que essas pessoas passam com polícia na porta tirando as coisas e daria o direito de igualdade ao cidadão novalimense. Mas ela precisa, primeiro, tirar o egoísmo dentro do peito. Eu estive lá outro dia, conversando com um dos gerentes, diretores, sei lá o cargo que ele ocupa, ele me disse: ‘nós estamos matriculando’. Mas até quando? Que matrícula é essa? Até quando? Acho que ele está querendo formar primeiro e deve ser medicina, que leva vinte e dois



anos para formar, porque não é matrícula, isso não é matrícula, isso deve ser... Ele está aguardando a formatura, não é possível. Então, precisa é tirar o egoísmo do peito e dividir essa riqueza que ela chama que é dela, e se é dela, que ela venda, mas que ela venda com a condição que o cidadão tem condição de pagar e que elimine esses focos, é desnecessário. E essa humilhação que o cidadão nova-limense, que é o filho da nossa terra, vem passando por insuficiência financeira e, às vezes, taxado como invasor, como desordeiro. Existe, eu disse aqui ainda há pouco: toda regra tem exceção, existem os aproveitadores sim, mas se ela fizer uma política ordenada não vai ter aproveitador, ele não vai poder entrar, ele vai ter que comprar e vai ter que pagar, então resolve o problema do bom e do ruim também. É isso que tem que ser feito na nossa cidade”. O Senhor Presidente: “bom, cada um tem o seu pensamento. Eu respeito o pensamento de todo mundo. A prefeitura tem culpa sim porque a prefeitura tem a obrigação de multar, notificar. E a prefeitura notifica os pobres, não vou citar nome, tem gente aqui dentro aqui hoje, no Plenário da Câmara, que foram notificadas. Então, porque não notifica a Anglo Gold? Por quê? Porque que não multa? Tem a lei lá para ser cumprida, o Código; não é isso, Ângela? Não é? Então... Não é isso, Flávio? O senhor, nós somos cientes disso. Então, a prefeitura tem que ter de igualdade. Todos nós não precisamos falar isso, todos nós sabemos que a Anglo Gold é a dona da maior parte das nossas terras. Então, tem que multar e notificar, não só a Anglo Gold, de um modo geral. Volto a frisar: o povo também tem que fazer sua parte. Eu recebo reclamações aí: ‘o meu vizinho lá, o mato está cobrindo, está passando para cima do meu muro’. Eu recebo aqui. Eu faço o meu ofício pedindo à prefeitura para ir lá, notificar e multar. Cada um tem que fazer sua parte. Continua em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado por oito votos”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor



Presidente, eu tenho três requerimentos verbais, por favor”. O Senhor Presidente: “tem mais um aqui por escrito, da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira”. 7) Da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: Requer ao Senhor Presidente que seja organizada uma solenidade em homenagem para o Centro Psicopedagógico-CPP pelos 30 anos de sua fundação. No momento da leitura do requerimento, o vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, não tem quórum mais, tem que encerrar a reunião”. O Senhor Presidente: “vou encerrar, mais uma vez quero dizer que é uma falta de respeito com a plateia e com o povo de Nova Lima. Eu não aguento mais. Eu... A reunião aqui pode continuar até duas horas da manhã, eu cumpro a minha obrigação de Presidente, como vereador, como tantos outros. Mas isso aí está tornando-se praxe na Casa, isso é um desrespeito, eu não acho que está correto. Então, está encerrada por falta de quórum”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, eu vou encaminhar esse meu requerimento como ofício à Mesa Diretora; viu? Obrigada”.

---